



MEMÓRIA

Sentido econômico da fundação de Belém¹ The economic meaning of the foundation of Belém

Eidorfe Moreira

Ao Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos – NAEA, no ano de
seu decenário

A expedição chefiada por Francisco Caldeira de Castelo Branco, a qual resultou na fundação da capital paraense, e conseqüentemente a incorporação da Amazônia ao domínio português, foi sem dúvida uma expedição militar, visando como tal objetivos estratégicos, mas nem por isso deixou de ter motivações econômicas também. Com a ocupação da foz do Amazonas e das áreas adjacentes, não se visava apenas o controle de uma posição geográfica, mas assegurar também a exclusividade de uma vantagem ou exploração econômica. Tendências ou móveis econômicos, quando não determinam, reforçam quase sempre operações militares dessa natureza.

Qual teria sido o móvel econômico no caso? Ou foram vários? E, se assim ocorreu, qual o mais importante?

Admite-se geralmente a cobiça do ouro e das riquezas minerais como o móvel econômico do empreendimento colonizador, pois auricídia e aventura eram então termos correlatos. Não só havia precedentes no caso, como a própria geografia mítica do Eldorado se estendia por toda a região. Em sua maioria, os historiadores enfatizam essa motivação, destacando-se dentre eles João Lúcio de Azevedo. Referindo-se aos primeiros colonos, entre os quais figuravam certamente integrantes da expedição de Castelo Branco, eis como o referido historiador se manifesta a respeito:

1 O artigo, originalmente publicado em 15/05/1983 (domingo) no jornal “A Província do Pará” (nº 27.581, 2º caderno, p. 6.), foi levantado em trabalho de pesquisa sobre Eidorfe Moreira realizado em 2010 nos arquivos da Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves” pela Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), com coordenação de Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães e digitalização de Maria Raimunda Cardoso Dantas.

“Ouro era o que estes aventureiros, como os que haviam precedidos, procuravam; ouro devia haver em abundância, pelas margens desse rio, quase oceano, imenso e misterioso; e esta imaginação havia de resistir, pelo tempo adiante, a todos os desenganos, trazendo até fins do século seguinte a nunca perdida crença na fábula do Eldorado. Os que, julgando invencíveis as dificuldades do caminho, ou exageradas as maravilhas da lenda, não cogitavam de buscar esse país encantado, esses embrenhavam-se nas florestas, e sondavam-se os leitos dos rios, onde deviam encontrar os metais preciosos, as pedrarias, os aljófares, os cristais de rocha. Esta ilusão é constante: verifica-se nos atos dos colonos; aparece em numerosos documentos da época” (Os Jesuítas no Grão-Pará, Coimbra, 1930, p. 150).

Realmente houve numerosas tentativas neste sentido, avultando entre elas a desastrosa “jornada do ouro” ao Rio Pacajás, na qual faleceu o próprio cronista da jornada, Padre João de Souto Maior, um dos mais notáveis missionários da época. Foi a página mais dramática da história da busca do ouro no Pará, no século inicial da colonização. O malogro dessa aventura inspirou ao Padre Antônio Vieira um dos melhores sermões que pregou em Belém, o Sermão da Primeira Oitava da Páscoa, pregado na Matriz.

Segundo Vieira, as riquezas minerais constituem verdadeiro castigo divino para os povos que as possuem – “castigos escondidos”, como ele os chama –, apresentando neste sentido alguns exemplos. Por isso, procurando confortar a população pelo desastre da população, ele salienta o caráter providencial desse insucesso, enumerando os males que poderiam advir para a região com a descoberta do ouro ou da prata.

Desses males, dois merecem ser ressaltados, dada a natureza das ameaças que envolviam no caso. O primeiro é de cunho político-militar, lembrando o pregador que a descoberta de tais riquezas na região torná-la-ia objeto de cobiça por parte de outras nações. Sem ter minas, a região já sofrera a investida das armas estrangeiras, o que seria dela se as tivesse? Outro mal que adviria da descoberta dessas riquezas seria a espoliação dos colonos pela máquina burocrática da Metrópole. Por influência ou não dessa pregação, depois do malogro da “jornada do ouro” ao Pacajás, cessaram por algum tempo as tentativas no sentido de se encontrar ouro na região.

Por outro lado, a conquista de novas terras para a cultura da cana-de-açúcar, cultura já então em grande voga e expansão no Brasil, será por certo outro móvel econômico que poderá ser invocado no caso, tanto mais quanto o próprio Francisco Caldeira de Castelo Branco figura entre os pioneiros da cultura canavieira no Pará. Encarada sob este aspecto, a ocupação da Amazônia é episódio observado por Simonsen e Celso Furtado. Diz o primeiro desses autores:

“A alta do açúcar e o desenvolvimento do comércio estimularam os portugueses a estender os seus domínios afastando ainda o estabelecimento de possíveis concorrentes. E, de 1584 a 1656, se efetuou a expansão geográfica portuguesa pelo litoral, do Itamaracá até ao Amazonas” (História Econômica do Brasil, São Paulo, 1957, p. 307).

Celso Furtado sustenta também esse mesmo ponto de vista. De modo mais explícito, ele salienta o sentido monopolizador dessa expansão, como se verá pelo trecho a seguir:

“A experiência havia já demonstrado que a simples defesa militar sem a efetiva ocupação da terra era, a longo prazo, operação infrutífera, seja porque os demais povos não reconheciam direitos senão sobre as terras efetivamente ocupadas, seja porque, na ausência de bases permanentes em terra, as operações de defesa se tornavam muito mais onerosas. Na época do apogeu açucareiro, Portugal ocupou – expulsando franceses, holandeses e ingleses – toda a costa que se estende até a foz do Amazonas. Pelo menos nessa parte da América estava eliminado o risco da formação de uma economia concorrente” (Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, 1959, p. 84).

Entre os autores regionais, Ernesto Cruz adota a mesma opinião, seguindo de perto os passos de Roberto Simonsen, cujas conclusões ele igualmente aceita, isto é, que as expulsões dos franceses, ingleses e holandeses das margens do Amazonas pelos portugueses decorreram do empenho monopolístico destes em torno da produção e do comércio do açúcar, procurando evitar assim a concorrência daqueles (Temas de História do Pará, Belém, 1960, p. 98).

Outra motivação econômica que poderá ser apontada no caso será, sem dúvida, o interesse do colonizador pelos produtos naturais da região, pois estavam então em grande voga também as especiarias, não só as tradicionais do Oriente, como as do Novo Mundo, quer fossem ou não sucedâneas das suas congêneres orientais.

Por isso, as especiarias nativas, e não só elas como outros produtos da região, que depois passaram a ser chamados de “drogas-da-terra”, “drogas-do-mato” ou “drogas-do-sertão”, seriam igualmente suscetíveis de relevância neste particular. É altamente significativo neste sentido o fato de André Pereira, o cronista da expedição de Castelo Branco, haver mencionado alguns desses produtos – algodão, urucu e tabaco – como exemplos dos que os índios já transacionavam com os holandeses, antes da chegada dos portugueses.

Devido ao seu largo emprego em culinária, perfumaria e medicina, afora outras aplicações, as “drogas” eram então objeto de intenso extrativismo, que constituiu, aliás, o mais prolongado ciclo da economia regional. Algodão, baunilha, cacau, copaíba, cravo, salsaparrilha, urucu, etc., eis alguns exemplos dessas

cobiçadas riquezas nativas, cuja procura intensificou consideravelmente depois que Portugal deixou de monopolizar o comércio das especiarias do Oriente, especiarias cuja cultura a Metrópole portuguesa facilitou e estimulou desde então no Brasil. E foi assim que, em termos de especiaria, o nosso País se tornou – principalmente a Amazônia – uma nova Índia para Portugal. Há mesmo quem, como Jaime Cortesão, dê realce apenas à região amazônica neste particular.

“Na Corte nasceu então – são palavras do insigne historiador lusitano – a ideia de encontrar na Amazônia, como fornecedora de especiarias, um sucedâneo da Índia. Foi até certo ponto mais uma das tantas ilusões geográfico-econômicas, que levam à exploração dos produtos tropicais do Maranhão. Por sua vez, os colonos impelidos pelo mesmo desejo e igual ardor, acrescentando ainda das necessidades de mão-de-obra, obedeceram facilmente àquela sugestão. Com efeito, desde São Luís do Maranhão e da cidade de Belém até as regiões do Alto-Amazonas, onde começara a catequese dos jesuítas espanhóis, encontrava-se o cacau, a salsaparrilha, a copaíba, a baunilha e até algumas plantas sucedâneas da canela, do cravo e da noz-moscada indianas, isto é, exatamente os produtos cuja exploração se havia perdido com a entrada dos holandeses no arquipélago Malaio e na ilha do Ceilão” (História de Portugal, direção de Damiano Peres, Barcelos, 1928/1937, v. VI, p. 706).

Belém tornou-se então o entreposto de uma nova Índia, Índia inculta e selvagem e, como tal, o maior e mais avançado centro econômico do Extremo-Norte do Brasil.

Encarada sob este aspecto, a fundação da cidade representou uma das fases do amplo e prolongado embate entre o expansionismo de Portugal, de um lado, e o expansionismo da Holanda e da Inglaterra, do outro, especialmente do expansionismo batavo, que então ameaçava o Império Português em todas as partes do Globo.

E se, na foz do Amazonas, como noutras regiões do Brasil, Portugal neutralizou e repeliu as investidas adversas, no Oriente, ao contrário, essas investidas tiveram êxito, e o Império Português perdeu lá o que já havia conquistado. No estuário do Rio-Mar, de 1623 a 1639, Portugal desalojou pelas armas os seus concorrentes comerciais, mas logo a seguir, na Ásia, perdia Malaca, em 1641, para a Holanda e, anos depois, em 1655, perdia o Ceilão para a mesma potência inimiga.

Não esqueçamos, igualmente, de que conquistar novas terras era, na época, fazer suprimento do braço indígena, de que tanto necessitavam os conquistadores, não só para fins bélicos, como para fins econômicos, de modo que essa será mais uma motivação a considerar na fundação de Belém, e, sem dúvida, uma motivação condicionante das demais, já que tudo dependia da mão de obra nativa.

Braço para fins bélicos, braço para as atividades econômicas, braço para os transportes, braço para as construções civis e militares, braço para tudo, enfim, o índio era então a mão de obra por antonomásia. “Guerra justa”, “resgates” e “descimentos” eram os recursos que o colonizador se valia para fazer os seus suprimentos de braço indígena, ocasionando grandes deslocamentos de índios para esse fim, figurando o Salgado, o Marajó, o Tocantins e o Baixo Amazonas como as primeiras áreas de captação.

Se não fosse a sua condição anônima, seria o índio e não o conquistador a figura principal do processo colonizador, tal a sua importância como mão de obra no contexto desse processo, o que importa em dizer que, sem o concurso do braço indígena, Portugal não se teria firmado na região. Se não foi o único braço para fins bélicos, o foi no campo das atividades econômicas, onde tudo dependia dele. Por isso, nunca será demasiado insistir na importância do papel do índio nesse período, e isto em todos os setores da vida regional.

Não foi só, aliás, durante a fase inicial da ocupação lusitana, mas durante todo o período colonial, que a participação indígena teve papel tão relevante e decisivo. Ninguém fixou em termos mais eloquentes e expressivos a relevância e amplitude dessa participação do que João Francisco Lisboa, na sua conhecida referência aos índios, quando focaliza esse período da nossa história:

“Com o suor do seu rosto, e a força dos seus braços, edificavam-se as igrejas, os conventos, os hospitais, os palácios, as fortalezas e os armazéns reais. Eles abriam as estradas, lavravam a terra, colhiam os frutos, beneficiavam os engenhos, tripulavam as canoas, iam à pesca e à caça, apanhavam o gado, e eram nos açougues as ajudas do carneiro. Os índios finalmente faziam a guerra ofensiva e defensiva no interesse dos seus opressores, e iam com eles às expedições do sertão para matarem, cativarem e descerem por seu turno outros índios” (Obras, Lisboa, 1901, v. II, p. 64).

Como se vê, fortes razões econômicas atuaram, real ou pelo menos presumivelmente, na fundação de Belém. Pensamos que, em maior ou em menor grau, direta ou indiretamente, todas elas se fizeram sentir na fase pioneira da ocupação amazônica, embora nos pareça que a mais forte e decisiva tenha sido a que chamaremos de “auricídiosa”, isto é, a da busca do ouro e das riquezas minerais. Desse modo, não só razões estratégicas e geopolíticas, mas econômicas também, concorreram para a fundação da capital paraense, passo inicial da incorporação da região ao Império Português.

